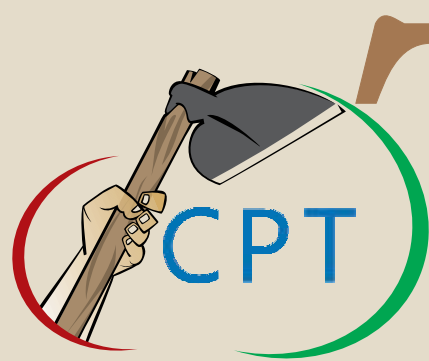




PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Julho a setembro de 2009

Ano 34 – Nº 197

Romarias da Terra e das Águas: Fé e esperança nos pés cansados

Páginas 8 e 9

Foto: CPT São Paulo



Dados parciais da CPT revelam
diminuição dos conflitos e aumento
da violência no campo

Página 7



Foto: Arquivo CPT Nacional

EDITORIAL

Fé e esperança nos pés cansados

Romeiros e romeiras de todo o país se unem em mais um ano de caminhada, com fé e esperança de uma terra livre e de água saudável para todos e todas. Homens, mulheres, crianças, leigos e religiosos caminharam, em todo o país, para denunciar a exploração de trabalhadores e trabalhadoras, a falta de cuidado com a mãe terra, a preservação das águas, o avanço avassalador do agronegócio e do capital transnacional sobre nossas terras e nossas águas, a escravidão de nossos trabalhadores, a busca da paz, os malefícios do contínuo crescimento da monocultura da cana sobre o nosso território, entre outras coisas. Outros caminhantes: sem-terras, estudantes, sindicalistas, simpatizantes, e tantos outros uniram-se em marchas e manifestações durante quinze dias, na Jornada Nacional de Lutas, para gritar para todo o país que “Os trabalhadores não vão pagar por essa crise!”. A união das forças, das vozes e, principalmente, da luta do povo pobre desse país, obteve conquistas históricas para os movimentos e organizações sociais de defesa da reforma agrária e dos direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. O governo prometeu que atualizará os índices de produtividade, imutavelmente vigentes desde 1975, prometeu que desapropriará a fazenda Nova Alegria, em Felisburgo (MG), cenário do massacre de cinco trabalhadores sem-terra em 2004, bem como o descontingenciamento de parte do orçamento destinado ao Incra para a reforma agrária no Brasil em 2009.

Fé e esperança também foram sentimentos que nortearam centenas de pessoas reunidas em plena Amazônia durante o 12º Interclesial, realizado em Porto Velho (RO). Sentimentos esses que também acompanham camponeses e camponesas da nossa irmã Guatemala, que lutam e resistem na tentativa de estabelecer algum diálogo com o governo e de construir políticas para diminuir a conflitividade no campo desse país. E por falar em conflitividade, essa edição traz os dados parciais de conflitos no campo no Brasil em 2009, divulgados pela CPT. Os números revelam que os conflitos diminuíram no primeiro semestre deste ano, porém, a média da violência contra os trabalhadores e trabalhadoras do campo aumentou muito.

Uma entrevista com o professor da Universidade Federal Fluminense, Carlos Walter Porto-Gonçalves, traz um panorama dos problemas enfrentados por sem-terras e comunidades tradicionais na luta por terra e por seus territórios. Essa edição traz, ainda, um artigo sobre Encontro promovido pelo CELAM em Quito (Equador) mostrando as similaridades, ou não, entre o Brasil e o restante da América Latina e do Caribe. Em outro artigo, padre da coordenação nacional da CPT analisa a última encíclica do Papa Bento XVI, a “Caritas in Veritate”. Fé e esperança nos relatos das variadas ações em todo o país dos variados grupos sociais aqui indicados, recheiam essa edição do Pastoral da Terra.

Boa leitura!

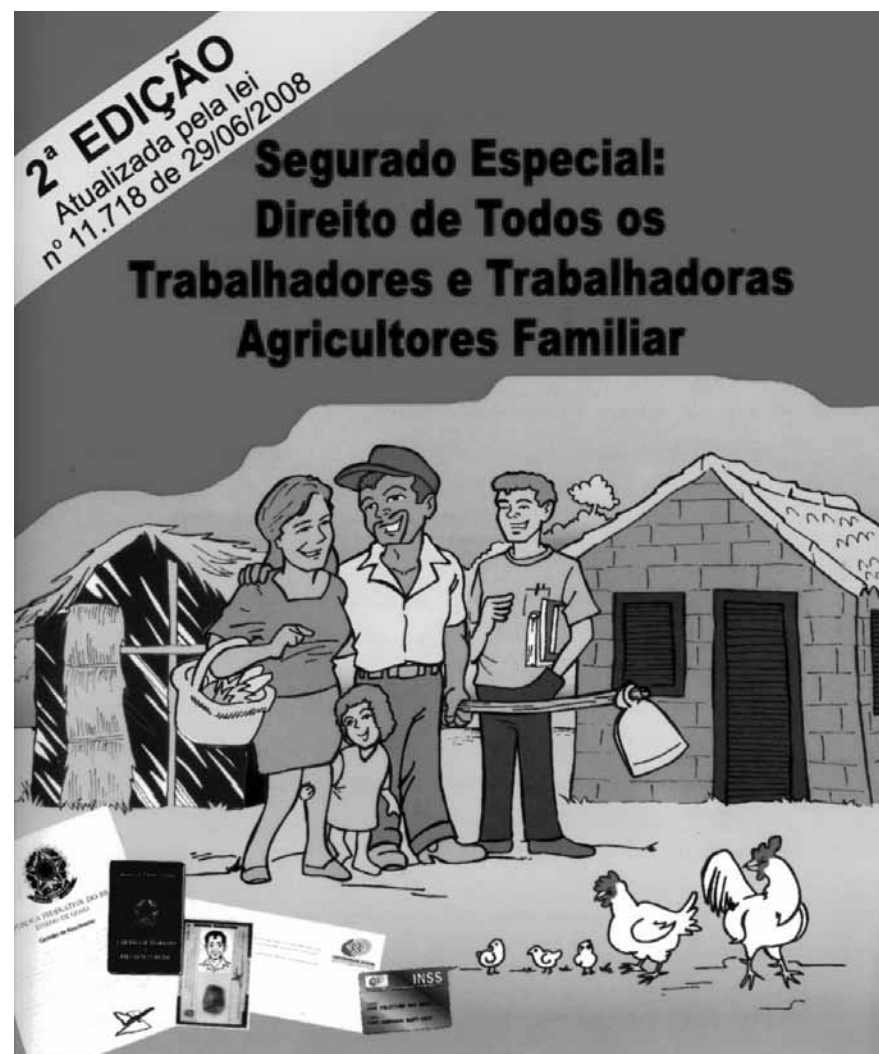


PUBLICAÇÕES

Segurado Especial: Direito de Todos os Trabalhadores e Trabalhadoras Agricultores Familiar

A cartilha “Segurado Especial: Direito de Todos os Trabalhadores e Trabalhadoras Agricultores Familiar” está em sua segunda edição. Ela explica aos trabalhadores rurais, por meio de linguagem acessível, ilustrações e tabelas, seus direitos previdenciários, os

procedimentos para inscrição como Segurado Especial na Previdência Social e as exigências e formas de solicitação junto ao INSS. A cartilha é produzida pelo Espaço de Direitos Humanos Padre Francisco Cavazzuti, CPT Goiás e Diocese de Goiás.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás. CEP 74030-090.
Fone: 62 4008-6466. Fax: 62 4008-6405.

www.cptnacional.org.br comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Ladislau Biernaski

Vice-presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Coordenadores Nacionais
Padre Flávio Lazzarin
Edmundo Rodrigues
Lucimere Leão
Isolete Wichinieski
Padre Herminio Canova
Padre Dirceu Fumagalli

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Marina Muniz - estagiária
Rede de comunicadores da CPT
Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)
Diagramação / Impressão
Gráfica e Editora América Ltda.
(62) 3253-1307
www.graficaeditoraamerica.com.br

APOIO
EED
Evangelischer Entwicklungsdienst
Brot Für Die Welt
Pão para o Mundo
Fundação Eugen Lutter
MZF
Missionzentrale der Franziskaner e. V.

ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

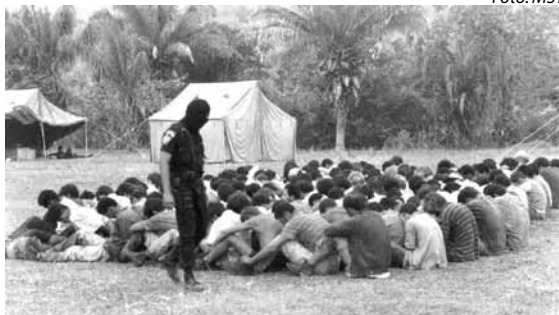
Informacoes.canuto@cptnacional.org.br



No dia 9 de agosto completaram-se 14 anos do massacre de Corumbiara, onde camponeses que estavam mobilizados para ocupar a Fazenda Santa Elina, em Rondônia, foram agredidos por policiais e pistoleiros fardados de policiais militares. A ação culminou na morte de 11 camponeses, 55 feridos e cremação de corpos como tentativa de apagar vestígios do massacre.

Rememoração dos 14 anos do massacre de Corumbiara

Foto: MST



Mulheres foram usadas como escudo humano pelos policiais e pelos jagunços do fazendeiro Antenor Duarte. Os laudos provaram execuções sumárias.

Aprovado curso de educação no campo

O Ministério da Educação aprovou o curso de graduação em Educação no Campo, em Campos dos Goytacazes (RJ). A instituição que apresentou o projeto de criação do curso, Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muiyaert (Isepam), discute com entidades e movi-

mentos sociais a construção da dinâmica do curso. A princípio serão duas turmas de 40 alunos, uma de educadores ligados à rede de educação do município e a outra de camponeses, assentados, pequenos agricultores e quilombolas.

UFC terá curso de jornalismo para sem-terra

A Universidade Federal do Ceará (UFC) oferece, a partir de janeiro, o primeiro curso de jornalismo no Brasil voltado para beneficiários da Reforma Agrária. O curso já foi aprovado pelo Pronex, terá duração de quatro anos e serão ofertadas 60 vagas anuais. Além das disciplinas comuns do curso de jornalismo, os alunos terão matérias voltadas para temas da área rural. Parte das aulas será ministrada na Universidade e parte nas comunidades dos assentados.

Seminário Internacional discute arte rupestre

O Seminário Internacional de Arte Rupestre Global Rock Arte foi realizado no Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato (PI), de 29 de junho a 3 de julho. O local foi escolhido por reunir a maior concentração de inscrições rupestres do mundo. O evento reuniu pesquisadores, estudantes e interessados no estudo, conservação e divulgação das manifestações rupestres. Houve apresentação de trabalhos e informações sobre a arte rupestre em todos os continentes. Na ocasião, a CPT Piauí divulgou carta chamando a atenção para o projeto de extração de minério no entorno do parque, caça predatória e tráfico de animais.

Consulta Pública reafirma necessidade de criação da Resex em Sirinhaém

Pescadores, trabalhadores e trabalhadoras do município de Sirinhaém (PE), que participaram da Consulta Pública, no dia 21 de agosto, reafirmaram a necessidade de criação da Reserva Extrativista (Resex) nas Ilhas de Sirinhaém. Durante a Consulta foram comprovadas as denúncias feitas pelos trabalhadores da região, de degradação do estuário e do mangue de Sirinhaém, causado principalmente pela Usina Trapipe. Apesar da Reserva Extrativista beneficiar mais de oito mil trabalhadores,

a prefeitura do município, representantes da Federação das Indústrias do Estado e da Associação dos Fomecedores de Cana de Pernambuco são contrários à criação da mesma. A Resex é uma unidade de conservação que permite a exploração dos recursos da natureza por populações tradicionais, e nas Ilhas de Sirinhaém garantirá a proteção do manguezal, o ordenamento pesqueiro e o retorno das famílias de pescadores tradicionais que viviam na região, mas que foram expulsas.

Cientistas são impedidos de realizar pesquisas com transgênicos

Empresas de biotecnologia, como Monsanto, Pioneer e Syngenta proíbem o uso de suas sementes para pesquisas independentes, por meio de um acordo que limita o que pode ser feito com as sementes. Os cientistas não podem realizar testes nas sementes, comparar sementes de empresas diferentes ou examinar se

lavouras transgênicas apresentam efeitos ambientais inesperados, sob pena de litígio judicial caso insistam na investigação. As pesquisas sobre sementes transgênicas passam por uma avaliação das empresas, que aprovam ou não a publicação em periódicos científicos.

Encontro sobre orgânicos

O Encontro Regional de Produtores e Consumidores Orgânicos foi realizado no município da Lapa (PR), em 31 de julho. Cerca de 200 pessoas, entre autoridades, agricultores locais, movimentos sociais,

além do presidente nacional da CPT, Dom Ladislau Biernaski, participaram do evento. O Encontro debateu a produção agroecológica da região metropolitana de Curitiba e os meios de comercialização.

Integrantes da CPT visitam iniciativas de combate à escravidão na Índia e Nepal

Frei Xavier Plassat, da coordenação da Campanha Nacional da CPT de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, e a agente da CPT Xinguara, Ana

de Souza Pinto, visitaram a convite da organização americana Free the Slaves, o trabalho de parceiros da entidade no combate ao tráfico de pessoas e escravidão, na Índia e no Nepal. Nos dois países, milhões de crianças, jovens, homens e mulheres são forçados a executar trabalhos domésticos, fabricar tapetes, trabalhar na agricultura, quebrar pedras, trabalhar em casas de massagem e são explorados sexualmente. A escravidão segue explorando gerações da mesma família, por meio de obrigações ilegais para pagar dívidas absurdas. Durante a viagem, Plassat e Aninha presenciaram o processo de união de comunidades que se declararam livres e começaram a trabalhar para geração de renda e não mais exercer trabalhos forçados. Nos grupos visitados, Plassat e Aninha divulgaram as lutas no Brasil, pela terra e contra o trabalho escravo.



Foto: Xavier Plassat

Condenação de mandantes do Massacre de Eldorado dos Carajás é mantida

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou, no dia 25 de agosto, recursos dos policiais militares condenados como mandantes do Massacre de Eldorado dos Carajás. A defesa pedia a anulação do julgamento, realizado em 2002, mas os ministros do STJ mantiveram a condenação de 228 anos de prisão do coronel Mário



Foto: Sebastião Salgado

Colares Pantoja e de 158 anos do major José Maria Pereira de Oliveira. O Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996 no estado do Pará, causou a morte de 19 trabalhadores Sem-Terra.

ARTIGO

“Co-moções” a partir do 12º Interclesial das CEB's

LUCIANO BERNARDI*

Sempre acompanhei com interesse, a partir da ótica da CPT, os Encontros Interclesiais das CEB's, que representam na vida de muitos de nós, apesar das mudanças ocorridas nestas quatro décadas em que vem acontecendo, um referencial permanente. Não por acaso Interclesiais e CPT tem o mesmo ano (1975) no registro de nascimento. Esse referencial vem amalgamando três vertentes básicas da CPT e de outras pastorais: a raiz bíblica do ser e do agir; a metodologia popular, como caminho interativo a percorrer e, finalmente, a inserção e missão transformadoras em todas as realidades históricas, incluindo, sobretudo na última década, a dimensão ecológica.

Em Porto Velho de Rondônia, não foi diferente. Com algumas peculiaridades que me “co-moveram”, no sentido de me “mover com”. Para mover e comover não bastam certamente somente dados socioeconômicos ou iluminadas teorias sociopolíticas, menos ainda doutrinas sociais ou fáceis emocionalismos psicoreligiosos. Confesso que em Porto Velho eu me como-vi. Com a Amazônia que acolheu e organizou esplendorosamente, pela primeira vez, o evento; com um mundo e um Deus visto e interpretado a partir dos indígenas, seringueiros, quilombolas... com as igrejas e seus setores minoritários, que se tornam preciosamente significativos, porque provam no concreto que fermento, sal e luz valem quando se jogam no meio das realidades sempre conflituosas. Em Porto Velho experimentei, para mim e para a CPT na qual milito há muitos anos, a co-moção para sermos “pascoalmente” significativos.

Quando, na celebração de abertura, partindo da velha locomotiva, conservada ainda em pé no resto dos trilhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o apito foi acompanhado pelo grito da multidão, pareceu-me haver ali um desejo explosivo de resgatar a história como dimensão essencial, lembrando e colocando como

componentes e protagonistas os esquecidos de sempre, os e as de todas as colonizações amazônicas e latino-americanas: os indígenas com suas nações, os trabalhadores e os migrantes nordestinos, os seringueiros com o sofrido ciclo da borracha na Amazônia. O momento mais significativo e co-movente, porém, - algo que senti como uma parábola histórica - foi quando os animadores coordenadores, um rapaz e uma moça, com alta qualidade de comunicação popular, no primeiro momento oficial da celebração, e quando

se tornou Porto Velho. Realizamos várias “visitações\missões” em que se conjugou o contato com o sonho de Deus traduzido em terra, água, rios, florestas, criação, Pachamama, Axé, comunidade de Santo Antônio. Com o contato de nossas mãos, pés e ouvidos com as contradições e os gritos de situações planejadas e executadas passando por cima do ser humano e da natureza. A mais chocante e denunciada foi a ação da Companhia Hidrelétrica Santo Antônio e sua mega-obra, financiada pelo PAC, alagando terras, expulsando

cativa e preciosa, pequenez que a CPT ainda tem. A multidão caminhou, refletiu, rezou, orou, cantou, denunciou e se comprometeu; as palavras mais ouvidas foram: conversão, testemunho, martírio, mudança, esgotamento, esperança, comunidade, criação, cuidado, agradecimento.... Lembramos de Dorothy e de todos os que passaram pela grande tribulação e venceram. Cantamos a reconciliação com a criação e denunciemos o modelo de crescimento a partir da mega-obra de uma Hidrelétrica com duas barragens em construção que irão transformar Porto Velho.

Foto: CNBB



o silêncio era total, no escuro da noite iluminada pelas velas de todos os presentes, disseram com a ênfase que a frase merecia: “Vamos iniciar e compor este nosso Encontro, convidando e acolhendo os protagonistas desta terra: as populações indígenas aqui presentes, os quilombolas, os seringueiros, os ribeirinhos...”. A multidão vibrou e abriu alas a estas populações que passaram, no meio de duas ruas do povo, cantando, dançando e saudando, como uma autêntica benção de reparação e de reconciliação.

O Interclesial todo - mais de três mil delegados (as) e assessores (as) de todo o país - saiu várias vezes do centro daquela grande cidade amazônica que já

gente, conforme o rito macabro da “não indenização” e da violência legalizada de modelos de desenvolvimento, socialmente injustos e ecologicamente obsoletos. Numa quarta-feira, no grande ginásio de esporte lotado e batizado com o nome de dom Hélder, passou pela minha mente e meu coração muito disso quando ficamos em silêncio diante o ritual dos indígenas de Rondônia que nos ajudaram a despertar o dia. Povos Indígenas, Quilombolas e todas as comunidades tradicionais destruídas podem nos ajudar a não destruir definitivamente o planeta e sua humanidade hospedada.

À tarde do segundo dia, à beira do rio Madeira, senti a frágil, mas signifi-

por causa de grave acidente, conseguiu ser ponto de referência para mobilizar e articular uma multidão de voluntários e voluntárias. É dele também uma das expressões interpretativas das CEB's que deverão fazer história com sua dialética e complementariedade: a valorização de todos e todas a quem é negado valor e a denúncia a toda e qualquer colonização ou neo-colonização: “CEBs: gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares pouco importantes, consegue mudanças extraordinárias” (Dom Moacir, na celebração de abertura).

* Agente da CPT Bahia.

JORNADA DE LUTAS DO CAMPO E DA CIDADE

“Os trabalhadores não vão pagar por essa crise!”

Trabalhadores de todo o país se unem em defesa da reforma agrária, cobram mais agilidade do governo em relação aos problemas do campo e se manifestam contra as consequências da atual crise na vida dos pobres do nosso país.

CRISTIANE PASSOS*

Durante duas semanas, se multiplicaram em todo o país ações de trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, unidos na defesa de seus interesses e de reivindicações históricas, como a realização da reforma agrária e melhoria das condições dos trabalhadores. De 10 a 21 de agosto, integrantes da Via Campesina, de Sindicatos e demais organizações sociais, marcharam e protestaram em vários estados brasileiros. O governo continua justificando cortes no orçamento que atende necessidades básicas da população rural e urbana por conta da crise. Nesses 15 dias, foi montado, em Brasília (DF), o Acampamento Nacional pela Reforma Agrária com cerca de três mil trabalhadores e trabalhadoras rurais que se reuniram para mostrar ao governo que a reforma agrária nesse país está parada e cobrar uma pauta de reivindicações já antigas, como o assentamento das 100 mil famílias acampadas, aumento do crédito para produção, educação e saúde. As manifestações culminaram em grandes ações no dia 14 de agosto. Ao fim da Jornada e após reuniões entre integrantes do MST e o governo federal, os trabalhadores e trabalhadoras conquistaram a promessa de que os índices de produtividade serão revistos, haverá o descontingenciamento de cerca de R\$ 350 milhões destinados à reforma agrária, além da desapropriação da fazenda Nova Alegria, em Felisburgo (MG), que foi palco do massacre de cinco sem-terras em 2004.

AÇÕES PELO PAÍS

Entre outras muitas ações, no Mato Grosso trabalhadores rurais acamparam em frente à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Cuiabá (MT), para cobrar o assentamento de 20 mil famílias e o fortalecimento da agricultura familiar. As ações na região começaram no dia 10 de agosto, com a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Mato Grosso, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), do Movimento dos Acampados e Assentados do Mato Grosso (MTAA), entre outros.

No Espírito Santo, cerca de 400 trabalhadores da Portocel, porto da Aracruz Celulose, e integrantes da Via Campesina

paralisaram as atividades portuárias em Barra do Riacho, município de Aracruz (ES). A paralisação foi realizada para denunciar as precárias condições de trabalho oferecidas pela Aracruz Celulose, bem como a queda de 50% na remuneração dos funcionários da Portocel, tendo como justificativa os impactos da crise econômica sobre a empresa. Em Recife, cerca de dois mil trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, que caminharam 70 km em uma marcha, de Pombos, agreste per-

vimento Agrário (MDA) na cidade. Estes como Maranhão, Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte também realizaram ações e manifestações em suas capitais.

VIOÊNCIA E ASSASSINATO MARCAM MANIFESTAÇÕES NO RS

No dia 12 de agosto, em São Gabriel, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, cerca de 100 integrantes do MST desocu-

Piratini, em Porto Alegre (RS), onde manifestantes de movimentos populares, sindicatos, centrais sindicais e pastorais sociais exigiam, além da pauta conjunta da Jornada, o impeachment da governadora do Estado, Yeda Crusius. O padre foi conduzido, primeiramente, ao interior do Palácio por uma porta lateral e, em seguida, foi encaminhado a uma Delegacia de Polícia onde a BM fez o Termo Circunstanciado e logo após o liberou.

Já no dia 21, durante ação de reintegra-

Foto: João Zinclar



nambucano, à capital, entre os dias 9 e 12 de agosto, ocuparam a sede do Incra no Estado.

Em São Paulo, uma marcha de trabalhadores rurais sem-terra do MST de Campinas à capital, entre os dias 7 e 10 de agosto, marcou o início da jornada no Estado. Após a chegada, 200 trabalhadores ocuparam o prédio do Incra e outros 800 marcharam do Estádio do Pacaembu ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, onde foi realizado um protesto. Em Maceió (AL), os agricultores ocuparam a superintendência do Incra e a delegacia regional do Ministério de Desenvol-

param a Prefeitura da cidade, após violenta ação de reintegração de posse por parte da Brigada Militar (BM), e se somaram aos 700 sem-terra que ocuparam, no mesmo dia, a fazenda Southall. De acordo com o Movimento, os sem-terra sofreram tortura e pelo menos trinta pessoas, entre crianças e adultos, ficaram feridos – incluindo pessoas com dedos e braços quebrados – na ação. Seguindo a mesma linha de repressão, a BM do Rio Grande do Sul prendeu, no dia 14 de agosto, o padre Rudimar Dal'Asta, coordenador da CPT no Rio Grande do Sul, ao término da manifestação pública realizada em frente ao Palácio

ção de posse da fazenda Southall, a BM, com forte aparato, como cavalos, cães, tratores, helicópteros, escudos e até espadas, despejou violentamente os sem-terra da área e assassinou o trabalhador Elton Brum da Silva, com um tiro nas costas. Várias entidades repudiaram e denunciaram a ação, cobrando do governo a urgente averiguação e punição do crime. A violência da BM para reprimir protestos dos movimentos sociais já se tornou comum no Rio Grande do Sul.

* Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

RIO SÃO FRANCISCO

Articulação defende um Projeto Popular de Revitalização do São Francisco

INGRID CAMPOS*

Passados quatro anos do primeiro Encontro, mais de 100 delegados representando 43 organizações e movimentos sociais de toda a Bacia do São Francisco encerraram, no dia 23 de agosto, a participação no II Encontro Popular da Bacia do Rio São Francisco. O evento serviu para avaliar os quatro anos de atuação da Articulação Popular do São Francisco (APSF) e estabeleceu como uma das prioridades dos próximos dois anos a luta em defesa do povo e do rio, através de um Projeto Popular de Revitalização do Velho Chico. A proposta surgiu em meio às constatações de que os grandes empreendimentos econômicos que degradam o rio têm avançado e que o programa de revitalização proposto pelo governo pouco fez para a real recuperação do São Francisco.

Na “Carta de Carnaíba”, documento final do evento, a Articulação denuncia o avanço de atividades degradantes em toda a Bacia, muitas delas incentivadas pelo PAC (Projeto de Aceleração do Crescimento), e constata que a condição necessária para a revitalização é a prevenção de novos danos à bacia. Por essa razão, também está sendo priorizado o enfrentamento aos grandes projetos de mineração, agrohidro-negócio, barragens (energia) e o fortalecimento da luta contra a Transposição.

No Projeto Popular de Revitalização proposto pela Articulação Popular do São Francisco, uma das alternativas apontadas para reverter esse estado atual de degradação é a garantia e o incentivo à demarcação, titulação e desintrusão das terras e territórios das comunidades tradicionais. Com as populações indígenas, os quilombolas, os pescadores e as comunidades de fundos e fechos de pastos, que preservam um modo de vida de pouco impacto ao ambiente natural da bacia, podem aprender muito quanto à preservação dos rios. Exemplos de sucesso nesse sentido foram apresentados no Encontro, como a revitalização do Rio dos Cochos, que aconteceu nos municípios de Januária e Cônego Marinho, em Minas Gerais. “Um projeto construído a partir das populações que vivem ao longo do rio, envolvendo os grupos e as comunidades, será em prol da



Foto: Articulação São Francisco Vivo

vida. Ao contrário dos projetos do governo que estão contaminados por interesses econômicos”, analisa Maria Tereza Corujo, do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, uma das participantes da Articulação.

Denúncias recentes feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) confirmam a sua fala. O TCU determinou que o Ministério da Integração Nacional suspendesse a contratação de empresas para execução e acompanhamento de programas ambientais relacionados à transposição do Rio São Francisco, devido aos indícios de sobrepreço nos valores orçados relativos à mão de obra, passagens e aluguel de veículos, manutenção e combustível. As obras superfaturadas da Transposição, até o momento, não avançaram mais que 4,9% (eixo norte) e 6,9% (eixo leste).

Programa do governo federal de revitalização do rio é ineficiente

O programa de Revitalização do governo também é alvo de críticas do presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do

São Francisco (CBHSF), Thomaz Matta Machado, que esteve presente no Encontro. “A revitalização tem que trabalhar a questão da diminuição da vazão e não apenas a questão da qualidade da água. Na prática, as ações em execução priorizam o saneamento ambiental. A quantidade de água na bacia e no Rio São Francisco não está sendo considerada” critica. A preocupação de Thomaz Machado é pertinente. Em estudo publicado pela Journal of Climate, da Sociedade Meteorológica Americana, o fluxo de água do rio São Francisco caiu 35% no último meio século. “O programa de revitalização tem que vir da sociedade”, defende Machado. Idéia compartilhada pelos participantes do Encontro na Carta de Carnaíba: “O cerne da nossa luta é o Projeto Popular para o São Francisco – Terra e Água, Rio e Povo”, diz o documento. Após lida, a carta foi colocada numa cabaça e levada para o rio São Francisco, de barco, por representantes dos pescadores, das comunidades indígenas e quilombolas, numa referência a uma antiga forma de comunicação usada pelos pescadores da região.

Setentrional e Rede de Educomunicadores

Durante o Encontro, duas importantes estratégias na luta pelo São Francisco foram apontadas pelos participantes: o fortalecimento da Rede de Educomunicadores e a articulação com as entidades do Nordeste Setentrional, região que supostamente será beneficiada pela Transposição, mas que tem tido um aumento de mobilizações e de opiniões críticas à obra. A Rede de Educomunicadores Populares da Bacia do São Francisco foi tema das discussões no terceiro dia do evento. Criada em 2008, a Rede tem o objetivo de articular as experiências de educação e comunicação ao longo da bacia para reforçar a luta em defesa do rio. Na ocasião foi lançado o site da Articulação Popular do São Francisco (www.saofranciscovivo.com.br), que será alimentado pelos educadores da Rede.

* Assessora de Comunicação da Articulação São Francisco Vivo.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL – DADOS PARCIAIS 2009

Conflitos no campo diminuem, mas violência cresce!

De janeiro a junho de 2009, o número de conflitos no campo apresentou queda de 46%, em relação a igual período de 2008. Entretanto, a violência que os acompanhou foi maior.

Os dados parciais dos conflitos no campo relativos ao primeiro semestre de 2009, registrados e divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apresentaram o seguinte quadro: de janeiro a junho de 2009, o total dos Conflitos no Campo – conflitos por terra, por água e trabalhistas – foram 366, envolvendo 193.174 pessoas, com 12 assassinatos, 44 tentativas de assassinato, 22 ameaças de morte, seis pessoas torturadas e 90 presas. Destes 366 conflitos, 246 são conflitos por terra, envolvendo 25.490 famílias. Destas, 393 foram expulsas da terra por ação dos proprietários e seus jagunços e 4.475 foram despejadas por ação judicial.

Em números absolutos observa-se uma sensível diminuição das ocorrências. Mas, a média de pessoas envolvidas nos conflitos é maior em 2009. A média nacional, em 2008, era de 445 pessoas envolvidas a cada conflito. Em 2009, este número salta para 528. Mas é em relação à violência que se sente um crescimento para além de preocupante. Até 30 de junho de 2009, registrou-se 1 assassinato para cada 30 conflitos; 1 tentativa de assassinato para cada 8 conflitos; 1 torturado a cada 61 conflitos; 1 preso a cada 4 conflitos; 1,5 famílias expulsas a cada conflito por terra e 18 despejadas. Enquanto que em 2008 computavam-se os seguintes números: 1 assassinato a cada 52 conflitos; 1 tentativa de assassinato a cada 21 conflitos; 1 torturado a cada 339 conflitos; 1 preso a cada 6 conflitos; 2,3 famílias expulsas a cada conflito por terra e 14 despejadas. O número de assassinatos de trabalhadores se torna mais dramático se comparados os dados até final de agosto. De janeiro a agosto de 2008, 14 foram os trabalhadores assassinados; em 2009, 17. (Neste cômputo não estão incluídos os cinco trabalhadores assassinados no assentamento Chico Men-



Foto: João Ripper

des, no município de Brejo da Madre de Deus, agreste de Pernambuco, no dia 6 de julho deste ano, pois o crime ainda está sob investigação).

Geografia da violência no campo brasileiro

O Centro-Oeste é a região que foi palco de maior violência, não só em números relativos, mas também em números absolutos: 3 assassinatos em 2009 (1 em 2008); 13 tentativas de assassinato (0 em 2008); 80 famílias expulsas (0 em 2008); 1.200 famílias despejadas (455 em 2008). A região Sudeste apresentou um crescimento no número de assassinatos (0 em 2008, 2 em 2009); nas tentativas de assassinato (1 em 2008, 5 em 2009), e no número de prisões (0 em 2008, 3 em 2009). Também o número de famílias expulsas passou de 49, em 2008, para 63 em 2009. Na região Nordeste as tentativas de assassinato cresceram de 14, em 2008, para 16 em 2009 e o número de

famílias despejadas passou 1.111 para 1.858. A região Norte continua com o maior número de assassinatos: 6, inferior, porém, aos 10 registrados em igual período de 2008. Houve um crescimento, também, no número de tentativas de assassinato, de 14 em 2008 para 16 nesse ano.

Além disso, as regiões Nordeste e Sudeste apresentaram um aumento preocupante nos casos de pistolagem. Enquanto no ano de 2008, no Nordeste computavam-se 1.058 famílias atingidas por pistolagem, em 2009 esse número salta para 2.139, um aumento de 102%. A região Sudeste, que em 2008 não apresentou nenhum caso de famílias submetidas à ação de pistoleiros, em 2009 registrou 131 somente em Minas Gerais. Isso mostra o aumento da violência do poder privado, consequência da impunidade e da inoperância dos órgãos competentes em punir esta prática por parte de grandes fazendeiros e empresas rurais.

Trabalho Escravo

No primeiro semestre de 2009 foram registradas 95 denúncias de trabalho escravo, com 3.180 pessoas envolvidas das quais 2.013 foram libertadas. Os estados do Acre (5), Pernambuco (329), Espírito Santo (369), Rio de Janeiro (280), Tocantins (296) e Bahia (188) apresentaram, neste período, números maiores de trabalhadores escravizados e libertados do que todo o ano de 2008. Um dado que também nos chama atenção é o número de menores de idade nos casos de trabalho escravo. Enquanto no primeiro semestre de 2008, haviam 16 menores envolvidos, em 2009, no mesmo período, foram registrados 88. Quase um menor de idade para cada conflito. Isso mostra uma nova geração sob o jugo da escravidão, perpetuando o histórico de seus antepassados.

Panorama da conflitividade

O que mais chama atenção nestes primeiros números que a CPT divulga em 2009 são os números da região Sudeste, a mais "rica e desenvolvida" de todo o país. Onde se poderia imaginar que os conflitos agrários estariam tranquilamente superados, dado o grande desenvolvimento da região, nela a violência cresceu em 200% no número de assassinatos; em 400% nas tentativas de assassinato; e em 300% no número de prisões. Também o número de famílias expulsas passou de 49, em 2008, para 63 em 2009.

Mas o mais preocupante não é revelado pelos números. É toda uma orquestração maior que tenta criminalizar qualquer ação, por mais legítima que seja, colocando os trabalhadores do campo, sobretudo os sem-terra, na mira dos poderes constituídos.

* Texto feito pelo Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

ROMARIAS DA TERRA E DAS ÁGUAS

O povo caminha em busca de esperança

CRISTIANE PASSOS*

Esse ano foram realizadas várias Romarias da Terra e das Águas em todo o país. O povo caminha em busca de esperança, mantendo a fé na construção de um país melhor e de uma sociedade mais justa e igualitária, e que respeite e preserve as riquezas naturais de nosso país.

Foto: CPT Rio Grande do Sul



32ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul

No dia 24 de fevereiro foi realizada a 32ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, na cidade de Sapucaia do Sul (RS). A Romaria teve como tema “Água: Sangue da Terra”, colocando a água como a essência da vida. De acordo com a coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Rio Grande do Sul, Terezinha Sallet Ruzzarin, o momento serviu também para denunciar o desastre ambiental ocorrido no Rio do Sinos, quando 102 toneladas de peixes mortos

foram encontrados no rio, caracterizando o maior crime ambiental nas últimas décadas na região. Segundo ela, depois de mais de dois anos do desastre, ninguém foi responsabilizado: “Fazem dois anos daquele crime ambiental cometido no Rio do Sinos. Foram identificadas três grandes poluidoras, mas nenhuma delas foi punida. Ficou o dito pelo não-dito, mas os malefícios continuam aí, continuam presentes. E a nossa expectativa não é das melhores, porque o descaso é total”.

Romaria do Padre Josimo

Nos dias 9 e 10 de maio foi realizada em Buritis do Tocantins (TO), a Romaria do Padre Josimo. Devido a alguns problemas,

a Romaria desse ano ficou restrita à diocese de Tocantinópolis. Na programação atividades na igreja local, noite cultural e missa.

32ª Romaria da Terra e das Águas de Bom Jesus da Lapa

Com o tema “Do ventre da mãe Terra um clamor pela vida”, realizou-se a 32ª Romaria da Terra e das Águas, que reuniu mais de 7 mil pessoas durante os dias 3, 4 e 5 de julho, na cidade de Bom Jesus da Lapa (BA). O agravamento das questões ecológicas no estado, principalmente a destruição dos biomas da caatinga e do cerrado pela expansão do agronegócio e dos grandes projetos industriais, foi uma das principais discussões do evento. Segundo Luciano Bernardi, membro da Coordenação Geral da Romaria, “Quem participa dessa Romaria vai para rezar, mas também para discernir sobre a realidade. É um encontro com Deus e com as pro-

blemáticas da terra, das águas e do atual modelo de desenvolvimento econômico”, explica. A Romaria é conhecida por ser um espaço para debates políticos relacionados, principalmente, à temática do campo brasileiro. Nos sete “plenarinhos” realizados esse ano, houve espaço para refletir o atual modelo de reforma agrária e as perspectivas dos movimentos sociais para as políticas implementadas no campo. O patrono dessa 32ª Romaria foi Dom Hélder Câmara, Arcebispo Emérito de Olinda e Recife, que se estivesse vivo completaria 100 anos. “Assim como D. Helder, acreditamos que o povo pobre e crente deve ser o protagonista da transformação”, afirma Bernardi.

Foto: CPT Bahia



4ª Romaria da Floresta

A Romaria da Floresta, que se realiza já há três anos em Anapu (PA), tem representado um momento em que, segundo o Comitê Dorothy, “fé e vida se mesclam profundamente e o clamor do povo do campo se faz ouvir”. A Romaria tem sido um ato em memória à vida, ao sonho e à missão da missionária Dorothy Stang, assassinada em 12 de fevereiro de 2005, por desafiar a ação ambiciosa do agronegócio, ao defender a implantação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) como uma possibilidade de vida digna para o povo da Amazônia em

harmonia com a floresta. A caminhada tem fortalecido a mística desse povo que luta no meio da mata, por justiça social e pela defesa do meio ambiente. Este ano ela se realizou de 22 a 25 de julho e, novamente, percorreu um trajeto de 55 quilômetros entre a cidade de Anapu e o PDS onde irmã Dorothy foi assassinada. De acordo com o Comitê Dorothy, essa celebração fortalece a organização social, fazendo com que o povo de Anapu ecoe no meio da floresta o seu clamor, dizendo que o sonho e a luta de irmã Dorothy continuam vivos, e que seu sangue alimenta a vida de seu povo e da floresta.

11ª Romaria da Terra e da Água no Piauí

Cinco mil romeiros participaram da 11ª Romaria da Terra e da Água do Piauí, entre os dias 1 e 2 de agosto, na cidade de Corrente (PI). Com o tema “Migração Forçada e Trabalho Escravo”, a Romaria denunciou a situação que obriga milhares de trabalhadores, todos os anos, a migrarem de suas cidades para conse-

guir uma renda para família e, em muitos casos, acabam sendo aliciados como mão de obra escrava. A cidade de Corrente, que fica no extremo sul do Estado, não foi escolhida à toa. A cidade é cortada pela BR-135, principal porta de entrada e saída para os estados do Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

13ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais

Cerca de 10 mil pessoas participaram da 13ª Romaria das Águas e da Terra de Minas Gerais, realizada no dia 2 de agosto em Itinga (MG). Nas margens do rio Jequitinhonha, sob o tema “Terras e Águas de Minas pedem socorro!”, a Romaria denunciou os grandes projetos desenvolvimentistas baseados no fortalecimento do agronegócio, ligados a grandes grupos econômicos nacionais e internacionais que promovem enormes danos sociais e ambientais através da implantação de projetos de monoculturas de eucalipto, grandes barragens, exploração de minérios e pecuária extensiva. Animados pelo lema “Escolhe, pois, a vida”, os romeiros seguiram firmes e levantaram a voz em defesa da luta dos povos originários (quilombolas, indígenas, sertanejos e geraizeiros), da luta por igualdade entre homens e mulheres, em defesa do meio ambiente, por re-



Foto: CPT Minas Gerais

forma agrária, por soberania e segurança alimentar, por dignidade no campo e por um semi-árido sustentável.

10ª Romaria da Terra e das Águas do Maranhão

Com o tema “Terra e Águas: Um Clamor de Justiça. Lutar contra a morte da Terra e das Águas é defender a Vida”, a 10ª Romaria da Terra e das Águas do Maranhão foi realizada dias 5 e 6 de setembro em Codó, na diocese de Coroatá, no Maranhão. Essa mesma diocese acolheu a primeira Romaria da Terra, em 1986. A escolha, novamente, da mesma região se deu por causa da preocupante realidade de Codó, com um aumento expressivo dos conflitos de terra na região. Segundo informações da diocese, nos 30 anos de sua existência, 27 pessoas foram mortas violentamente por causa de conflitos de terra.

11ª Romaria da Terra e das Águas do estado de São Paulo

A 11ª Romaria da Terra e das Águas do Estado de São Paulo se realizou no dia 6 de setembro, em Itapura (SP). A CPT São Paulo, juntamente com a Diocese de Jales e as comunidades locais, organizam a Romaria, que teve como tema “Às Margens do Rio Tietê, Mulheres e Homens na Luta pela Paz” e lema “Prefiro morrer lutando do que morrer de fome”. A Romaria seguiu um percurso de seis quilômetros, desde a concentração, às margens do rio Tietê, até a sede do assentamento Roseli Nunes. De acordo com representantes da CPT São Paulo, “O

tema e o lema nos fazem pensar sobre a realidade do pequeno agricultor e sua luta por justiça e paz, ao mesmo tempo que nos convida a uma reflexão séria sobre a soberania alimentar do país”. Além disso, o regional da CPT considera, também, ser um dos objetivos da Romaria o de encorajar o povo para incomodar os que detêm a justiça e praticam as injustiças, desafiar os que emperram a reforma agrária, espantar os acomodados e alegrar os generosos, numa busca constante para que chegue o dia da celebração de uma sociedade mais justa, humana e fraterna.

5ª Romaria da Terra e das Águas da Diocese de Presidente Prudente

Com o tema “A Cana destruindo nossas terras” e animados pelo lema “Justiça é repartir a terra e multiplicar o pão”, romeiros e romeiras caminharam no dia 13 de setembro, saindo do Assentamento Bom Pastor, em Sandovalina (SP), na 5ª Romaria da Terra e das Águas da Diocese de Presidente Prudente. Segundo a CPT na região, o tema e o lema deste ano foram uma continuação das denúncias sobre o avanço e os malefícios da cana de açúcar na região; a falta de políticas públicas acessíveis para conter este avanço e o êxodo

rural. Também neste ano, a comunidade local comemorou, no dia 12 de setembro, véspera da Romaria, doze anos de conquista da terra, data em que teve início o assentamento Bom Pastor. Segundo Gláucia Zancheta, da coordenação da CPT São Paulo: “A 5ª Romaria da Terra e das Águas, juntou o campo e a cidade, buscando promover a unidade entre os que lutam pela transformação de nossa região, a segunda mais pobre do estado, e estimulando um compromisso ainda maior na denúncia deste modelo econômico empobrecedor que se instala em nossa região”.

ROMARIAS QUE AINDA SERÃO REALIZADAS:

24ª Romaria da Terra do Paraná

“Do Ventre da Terra o puro alimento, na mesa de todos o nosso sustento”, com esse tema a CPT Paraná e a Diocese de Apucarana convocam as comunidades e organizações para a 24ª Romaria da Terra do Paraná, que se realizará no dia 11 de outubro, em Marilândia do Sul (região norte do estado). A atividade aconteceria no dia 16 de agosto, e foi adiada atendendo as recomendações dos órgãos de saúde do Estado do Paraná que tem orientado a não realização de eventos, concentrações e aglomerações como uma das formas de prevenção contra a Gripe A (H1N1).

21ª Romaria da Terra e da Água de Santa Catarina

A 21ª edição da Romaria da Terra e da Água de Santa Catarina deste ano terá como lema “Cuidar da terra. Garantir a vida”. Marcada inicialmente para o dia 13 de setembro, a Romaria teve que ser adiada também por determinação dos órgãos de saúde do estado. A nova data é 15 de novembro. O local escolhido para sediar o evento é a comunidade do Braço do Baú, em Ilhota, um município do Vale do Itajaí, próximo ao litoral catarinense. Esse espaço simboliza a luta corajosa de mulheres, homens, e crianças que sofrem as consequências do desastre ambiental ocorrido em 2008.

NOTA PÚBLICA

A Comissão Pastoral da Terra divulgou, no dia 1º de setembro, Nota Pública onde se manifesta a favor da atualização dos índices de produtividade, prometida pelo presidente Lula a representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa é uma dívida histórica do governo com os trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra há muitos anos. Os índices mantêm-se os mesmos desde 1975.

Leia a Nota na íntegra:

Pela Atualização dos Índices de Produtividade

O anúncio pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva de atualização dos índices de produtividade da terra desencadeou uma furiosa campanha da bancada ruralista contra a medida, apoiada por grande maioria da poderosa mídia, pelo Ministro da Agricultura Reinhold Stepanes usando para isso da mentira e de argumentos falaciosos, destinados a enganar a opinião pública e a derrubar a iniciativa governamental.

A CPT Nacional vem, pois, a público mostrar o outro lado da moeda. Está de parabéns o senhor Presidente por este gesto histórico que trará um grande e benéfico desenvolvimento para todo o nosso povo.

Ao assinar esta atualização, atrasada há mais de 30 anos, Lula estará simplesmente cumprindo a Lei Agrária 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que, no artigo 11 determina o seguinte: "Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional". Ora, o estudo "Fontes e Crescimento da Agricultura Brasileira" divulgado em julho de 2009 pelo próprio Ministério da Agricultura revela que de 1975 a 2008 a taxa de crescimento do produto agropecuário foi de 3.68 % ao ano. No período de 2000 a 2008, o crescimento foi de 5.59 como média anual. Em 1975 produziam-se 10,8 quilos de car-

ne bovina por hectare; hoje são 38.6 quilos; a produção de leite por hectare multiplicou-se por 3.6 e a de carne e aves saltou de 372,7 mil toneladas em 1975, para 10.18 milhões em 2008, segundo o mesmo estudo.

A comparação com outros países demonstra que, no Brasil, o crescimento do PTF (Produtividade Total dos Fatores) foi o mais elevado: 4,98% entre 2000 e 2008. Na China, de 2000 a 2006 foi de 3.2%. Nos Estados Unidos, entre 1975 e 2006 foi de 1.95%. Na Argentina, de excepcionais recursos naturais, foi, de 1960 a 2000, de 1.84%.

A conclusão óbvia é que se chega é que por trás desta guerra da bancada ruralista, teimando em manter os velhos índices de produtividade de 1975 está o intento de preservar o latifúndio improdutivo das empresas nacionais e estrangeiras, desconsiderando a função social da propriedade, estabelecida na nossa Constituição Federal, continuando o Brasil, assim, o campeão mundial do latifúndio depois de Serra Leoa.

Eles levantam repetidamente o número de 400 mil propriedades rurais que seriam afetadas pela medida, inviabilizando assim toda a produção agrícola no país. Na realidade este número corresponde a apenas 10 % das propriedades rurais, embora ocupem 42,6% das terras. Com efeito, das 4.238.447 propriedades cadastradas pelo Incra, 3.838.000, ou seja, 90 % não seriam afetadas pela medida. São estas propriedades as que garantem

70 % do alimento que é posto na mesa dos brasileiros. Ao passo que essas outras 400 mil, com o ferrenho apoio da bancada ruralista, são as que recorrem ao governo para adiar indefinidamente o pagamento de suas dívidas com os bancos, como a imprensa tem noticiado com frequência.

À crítica à anunciada medida juntou-se também uma raivosa criminalização dos movimentos de trabalhadores no campo, da forma mais generalizada e iníqua. Entretanto o que se vê no nosso campo é o deprimente espetáculo da multiplicação dos acampamento de sem-terra que se sujeitam, por anos a fio, a condições inumanas de vida na fila da realização, um dia, do sonho da terra prometida de viver e trabalhar.

Os dados de ocupações de terra e de acampamentos, registrados pela CPT e divulgados anualmente mostram um quadro preocupante. Onde há maior concentração de sem-terra é onde o número de assentamentos é menor. E isso justamente ao lado de áreas improdutivas, que a atualização dos índices poderia facilmente disponibilizar para assentamento das famílias. Em 2007, no Nordeste se concentraram 38,3% das ocupações e acampamentos envolvendo 42,5% das famílias. No Centro-Sul, aconteceram 49,5% das ações envolvendo 43,5% das famílias. Porém os assentamentos promovidos pelo governo aconteceram na sua maioria na Amazônia, onde há mais disponibilidade de terras pú-

blicas, distantes dos centros habitados. Fica claro, pois, que onde há mais procura por terra, no Nordeste e no Centro-Sul, há menos disponibilidade de terras. E um dos fatores que limita esta disponibilidade são os índices defasados de produtividade. Ao lado disso, no Sul, onde foram assentados somente 2,6% das famílias, estas tiveram uma participação de 42,06% do total da produção nacional de grãos. Portanto a atualização dos índices de produtividade poderá disponibilizar muito mais áreas em regiões mais propícias ao cultivo de grãos, onde há mais busca por terra e onde a tradição agrícola é mais forte.

Diante de tudo isso a CPT Nacional declara que a alvissareira atualização dos novos índices de produtividade da terra, tantas vezes protelada, é uma exigência de justiça social. Mas a superação da secular estrutural injustiça social no campo e do resgate da dívida social para com os excluídos da terra, vítimas da nefasta política do sistema corrupto e violento que defende a ferro e fogo a arcaica estrutura agrária alicerçada no latifúndio, só se concretizará quando se colocarem em nossa Constituição limites para a propriedade da terra. Então, a partir disso, será possível uma real democratização ao acesso a terra.

Goiânia, 01 de setembro de 2009.

Dom Ladislau Biernaski
Presidente da Comissão Pastoral da Terra



NUESTRA AMÉRICA

Conflitividade exacerbada

Nossa companheira, Ruth Tánchez, da Pastoral da Terra Interdiocesana (PTI) da Guatemala, brinda os leitores do Pastoral da Terra, com essa análise da realidade do campo naquele país irmão. Os problemas vividos pelos camponeses e camponesas aqui no Brasil se repetem de uma forma ou outra em praticamente todos os países de Nuestra América. Obrigado, Ruth.

RUTH TÁNCHEZ*

Nas eleições de 2007, na Guatemala, 14 partidos dos 21 inscritos apresentaram candidatos a presidente e vice. Passaram para o segundo turno o partido Unidade Nacional da Esperança (UNE) e o Partido Patriota. O primeiro, autoidentificado como social democrata, o segundo, de direita com tendências autoritárias. A UNE venceu e propôs um governo de diálogo, alianças e políticas públicas. Em 14 de janeiro de 2008 foi instalado o governo de Álvaro Colon, da UNE. No campo agrário e no desenvolvimento rural a estratégia governamental implementada foi a da criação dos seguintes órgãos: Conselho de Coesão Social; Gabinete de Desenvolvimento Rural; Comissão Nacional de Desenvolvimento Rural; Conselho de Desenvolvimento Rural e Sistema de Diálogo Nacional Permanente.

Diálogo ou dispersão desmobilizadora?

A Pastoral da Terra Interdiocesana (PTI) participou do Sistema de Diálogo Nacional, através da Plataforma Agrária (PA), desde sua criação, em abril de 2008, que trata do Desenvolvimento Rural Integral e

de temas agrários. Constituíram-se duas mesas, uma de Desenvolvimento Rural Integral e outra de Conflitividade.

Depois de quinze meses de funcionamento, observa-se o seguinte: trata-se de um diálogo sem resultados concretos e sem mudanças no campo. De alguma forma o diálogo de negociação inibiu a ação de pressão legal de várias organizações participantes. Há, também, um enfraquecimento dos órgãos e instituições

que têm como função resolver os conflitos agrários no país. Seu orçamento ficou menor, houve troca de dirigentes e técnicos, não houve uma metodologia adequada e houve corte de programas entre os quais o que apoiava a resolução de conflitos acompanhados pela PTI – PA. A instituição responsável pelo acesso à terra via mercado, a FONTIERRA,

A criação destes espaços enfraqueceu os instrumentos existentes para o acesso à terra e a resolução de conflitos agrários, trabalhistas e ambientais. Com o discurso do diálogo, na realidade aumentaram os despejos sob um governo que propôs uma composição nacional. Neste novo governo social democrata, o número de despejos de camponeses

organizações que defendem seus territórios, especialmente terras de povos indígenas onde estão chegando as transnacionais com projetos de extração de minerais preciosos, como o ouro, construção de hidrelétricas, fábrica de cimento e etc.

Fica evidente que a Guatemala tem um projeto de desenvolvimento rural

pró-empresarial, criando condições para investimentos estrangeiros, em detrimento da segurança alimentar e da dignidade da pessoa humana, sob um governo social democrata. A isto se acrescenta uma nova crise de fome que é mais aguda no chamado corredor seco, parte do nordeste do país, o que vem piorar as condições de vida dos mais pobres, especialmente meninos e meninas, jovens, mulheres e anciãos camponeses e indígenas que o governo quer ignorar e atender com ações de curto prazo, sem reconhecer as causas estruturais que geram a fome e a miséria.

Passaram-se mais de 10 anos da assinatura dos Acordos de Paz (depois de mais de três décadas de conflitos armados no país) e quatro governos, e não se resolveu o problema estrutural da concentração e reconcentração da propriedade da terra pelo agronegócio, da pobreza e da discriminação, da falta de

proteção à produção nacional de grãos básicos pela abertura comercial. Além disso, a extração de minerais preciosos, a construção de hidrelétricas, a perseguição e criminalização dos movimentos camponeses exacerbaram a conflitividade no campo.



Foto: Arquivo CPT Nacional

ficou sem recursos no orçamento nacional. Isto impediu a concessão de créditos para famílias camponesas organizadas. Além disso, na Mesa de Diálogo criou-se uma Comissão Paritária Permanente para prevenção e atuação em Conflitos Agrários, Trabalhistas e Ambientais que até o momento não tem qualquer orçamento e sua competência é limitada, pois trata de novos conflitos e suas resoluções não têm caráter vinculante.

é maior do que no anterior governo da Gran Alianza Nacional GANA (2004-2007), conhecido como pró empresarial. De janeiro de 2008 a julho de 2009 foram feitos 62 despejos. (A soma dos despejos em 2006 e 2007 é de 57).

A estratégia do governo da UNE é a do diálogo que paraliza as instituições agrárias e que age diretamente com repressão utilizando a polícia e o exército. Os despejos atingiram comunidades e

* Agente da Pastoral da Terra Interdiocesana da Guatemala (PTI).

ENTREVISTA

“O Brasil é um país governado pelo latifúndio”

Entrevista com o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Carlos Walter Porto-Gonçalves, revela que o poder invisível do latifúndio é que mantém a estrutura desigual da sociedade brasileira.

PAULO VICTOR MELO*

Estudioso da questão agrária no Brasil e colaborador da CPT, em especial na publicação do *Conflitos no Campo Brasil*, o professor Carlos Walter, em entrevista ao Pastoral da Terra, fala sobre a concentração de terras no país, comenta o aumento assustador da violência no meio rural e aponta perspectivas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais e comunidades tradicionais.

Confira a entrevista:

PAULO VICTOR - Os dados da CPT mostram que mesmo tendo diminuído o número de conflitos no campo, a violência permanece. Qual sua análise sobre a situação atual do campo brasileiro e quais as perspectivas para os trabalhadores e trabalhadoras rurais?

Carlos Walter - Bom, na verdade estamos diante de um momento que confirma uma história que sempre esteve marcada por violência: que é a história do campo brasileiro. Sobretudo, porque a sociedade brasileira tem a sua estrutura de poder ancorada, fincada, sobre a concentração do poder da terra. Não só no período colonial, com a concessão das sesmarias, mas também depois da Independência, e no período republicano. Ou seja, em todas as fases de nossa história. Inclusive, a fase atual. Apesar do Lula ter uma trajetória política vinda dos movimentos sociais e que chegou a dizer que achava um absurdo um Presidente da República não fazer a Reforma Agrária, o fato concreto é que ele também não a fez. Isso só reafirma o poder de certa forma invisível, um poder que não é eleito, afinal ninguém elegeu o latifúndio para governar o Brasil, mas



Foto: João Zinclar

na verdade é o latifúndio que governa o Brasil. E isso acaba sendo a razão de toda a violência. O que tem acontecido nos últimos anos, sobretudo se tomarmos os anos 70 como referência a partir da construção da Transamazônica, que foi um momento de grande debate no país, em função dos conflitos que se

deram, é que esse padrão de conflitos permanece, em função da construção de grandes obras, seja de hidrelétricas (para a geração de energia, sobretudo para as grandes empresas e indústrias), seja de estradas (geralmente ligadas a portos, para vincular a economia brasileira à exportação, característica que

também vem desde o período colonial). E nos últimos anos temos tido, na época do Governo FHC, o Avança Brasil, e no Governo Lula, o PAC. Tudo isso tem acentuado o avanço sobre as terras. Isso, em minha opinião, tem mantido esse caráter de estrutura violenta que marca a história do campo brasileiro.

P. V. – Grande parte desses mega-projetos para o campo brasileiro prevê a expulsão de comunidades tradicionais de suas terras. Que estratégias essas comunidades precisam desenvolver para assegurar os seus territórios?

C. W. – Primeiro, é preciso que se organizem e se mobilizem. No Pantanal mato-grossense há um dito popular que diz que jacaré parado vira bolsa, acaba sendo morto. Então, é preciso se organizar. Até porque a legislação brasileira prevê direitos a essas populações, então elas estão fazendo na resistência com que se respeite um direito que está constitucionalmente garantido a elas. As estruturas de poder no Brasil nem sempre cumprem a lei, ou a cumprem na medida em que as favoreça. O que essas comunidades precisam primeiro saber é que o fato delas ocuparem as terras há muitos anos, lhes dá direito a elas. No caso das comunidades remanescentes de quilombos, ainda há uma legislação específica que se agrega àquela velha legislação sobre o usucapião. Então, se organizar para defender as suas terras é se organizar para defender um direito que está constitucionalizado. E aí tem vários movimentos sociais que têm experiência nisso e outros têm se organizado de outras maneiras, sobretudo os quilombolas. Antes era fugindo para áreas um pouco acidentadas, áreas de difícil acesso, áreas estratégicas. Os quilombos nunca estiveram dissociados do resto do Brasil, embora estivessem sempre escondidos.

Hoje, há uma entrada de grandes capitalistas estrangeiros que no momento de crise estão procurando comprar terras de valor. Por que isso me preocupa? Por duas razões: a primeira é que o avanço da cana em São Paulo está sendo célere sobre áreas de pastagem. Quando você entra com a cana sobre a pastagem, você pergunta para onde é que vai o gado? O gado está indo para o Cerrado da Bahia, o gado está invadindo as áreas de fronteira da Amazônia, então está havendo um avanço devastador da pecuária que vai atingindo comunidades e aí as estradas vão proporcionando a chegada desses capitalistas que pressionam as comunidades indígenas, quilombolas, geraiseiros, vazanteiros, entre outras. E o outro lado dessa história, tão perverso quanto o primeiro, é o fator que atrai essas empresas para o Brasil. Se o Brasil tivesse as suas terras democraticamente distribuídas, 30 ha, 50 ha distribuídos para a população, dificilmente um capitalista desses que está procurando lugar para aplicar o seu dinheiro iria comprar tantas terras. Mas, ele chega aqui

e compra 50 mil ha, 20 mil ha de uma só vez. Porque a estrutura agrária do Brasil é tão concentradora de terras na mão de poucos que atrai o capital estrangeiro que pode comprar de uma vez só muita terra. E o pior é que a maioria dessas terras é de titularidade falsa, formalmente legalizadas, mas que se você entrar num processo de discriminatória, vai ver que grande parte dessas terras são públicas.

P. V. – Então, a discriminatória das terras públicas deve ser, hoje, a principal estratégia dos movimentos de luta pela terra?

C. W. – Se o Ministério Público (MP) existe para defender a sociedade, o cumprimento da lei, eu acredito que o MP também poderia ser acusado de prevaricar se não convocar o Poder Público a discriminar essas terras. Isso me parece que é uma necessidade do país inteiro e que em torno dessa questão se configura

no Brasil uma coisa chamada patrimonialismo. Ou seja, são os interesses promíscuos das grandes oligarquias com o poder do Estado. É esse Estado que não fiscaliza, mas não fiscaliza quando é da sua conveniência. Então, a discriminatória das terras é uma bandeira de interesse de toda a sociedade brasileira contra meia dúzia de latifundiários que monopolizam a terra. E essa é a razão de ser desse poder concentrado de terras, que ainda atrai o grande capital, que acabou consagrando, agora aliadíssimo ao capital internacional, uma estrutura de poder concentradora de terra e concentradora de poder.

P. V. – Qual a importância da ampliação do debate de terra para território dentro da questão agrária no Brasil?

C. W. – Primeiro quando se falava de terra, que era uma questão clássica no debate da reforma agrária, se estava pensando a terra enquanto meio de produção. O

que percebemos hoje? A terra não é só um lugar de produção, ela é uma extensão da natureza, tem água, tem biodiversidade e tem povos ocupando. Então, a questão do território diz respeito a exatamente isso. Mais do que terra, há povos com culturas diferentes, que precisam ser apoiados na sua cultura para poderem ter uma vida digna a partir da sua própria matriz cultural e para poderem usufruir dessa diversidade cultural. São populações que sempre tiveram uma relação com a natureza e não contra a natureza. O que elas precisam é de um Poder Público que reconheça o próprio Brasil na sua diversidade de culturas, na sua diversidade de territórios. O próprio movimento social acaba dando um salto de qualidade, pensando a qualidade de vida das pessoas, de não viver miseravelmente, e viver com dignidade com a diferença cultural que elas têm. E isso é um patrimônio do povo brasileiro e eu diria também da humanidade. Quando você tem um catin-gueiro com a sua cultura, ele tem que ser miserável? Se o é, é porque não existem políticas públicas que o apoiem e há um poder latifundiário que o cerca. Mas, ele tem sua cultura, uma relação riquíssima com a caatinga, e isso deve ser objeto de apoio do poder público para que ele possa viver com dignidade e possa desenvolver a sua cultura e produzir coisas fantásticas, como o seu regime alimentar e a sua medicina? Essas comunidades têm muito a nos ensinar. No Brasil, devemos nos orgulhar de termos essa diversidade de culturas, vivendo em seus territórios. O que precisamos é assegurar a garantia da territorialidade e fazer do Brasil um país rico nessa diversidade.

O modelo civilizatório que o capitalismo nos ofereceu não tem a menor chance de ser o futuro da humanidade. Esse modelo está, rigorosamente, no fim. E por quê? Porque é um modelo que pretendeu colonizar o mundo inteiro com seu preceito desenvolvimentista. Hoje já se sabe que isso não é possível e que não foi capaz nem de incorporar as pessoas sequer com salário digno. Então, estamos diante de uma oportunidade histórica e necessária, que é barrar esse modelo de desenvolvimento que o capitalismo prometeu e não pode cumprir. O capitalismo é o atraso. Por mais que ele se fantasie de moderno, ele não tem futuro. E essas populações que, paradoxalmente, apareciam como sendo o atraso são portadoras de conhecimento que se juntarmos com o conhecimento que a humanidade construiu mesmo sob o capitalismo, elas contribuirão para a superação dos desastres ecológicos e sociais que o capitalismo será.

Foto: CPT Nordeste II



ARTIGO

Desenvolvimento ou decrescimento?

Anotações à margem da encíclica "*Caritas in Veritate*"

Padre Flávio Lazzarin*

O magistério social da Igreja Católica compõe um volumoso arquivo de encíclicas, locuções pontificias, um documento conciliar (*Gaudium et Spes*) e, não último, um Compêndio da Doutrina Social da Igreja. As atenções do Magistério às temáticas sociais iniciam com a *Rerum Novarum* de Leão XIII, em 1891. Agora, em 2009, o Papa Bento XVI publicou a sua terceira encíclica, esta sobre temas sociais: "*Caritas in veritate*", "*O amor na Verdade*". Depois de ter lido e estudado o novo documento, o que fica em mim é a impressão de uma dívida crítica, como se às palavras claras e teologicamente indiscutíveis do Papa faltasse algo que anima, que motiva a compreensão e o compromisso, e que impulsiona a percepção da gravidade das crises, também eclesiais, que estamos vivendo. As teologias oficiais sempre me deixam uma sensação de claustrofobia, ligada ao assédio de palavras sem o tempero da criatividade e da profecia. Nesta breve anotação,

vou me deter sobre o termo desenvolvimento, que parece constituir o tema central do documento, sem que o conceito, em momento algum, seja submetido a uma crítica radical.

O que é este desenvolvimento, que retorna como palavra-chave, também nesta encíclica, após décadas de ostracismo, no dicionário da economia e da política? "O desenvolvimento é, ao mesmo tempo, uma fraude conceitual – por causa da sua pretensão universalista – e uma fraude prática – por causa das suas profundas contradições". É fundamental, hoje em dia, para repensar e reconstruir a política, colocar em radical discussão o conceito e as práticas de desenvolvimento. Esta é a premissa e a condição para colaborarmos com as transformações políticas, sociais, culturais e ambientais adequadas ao tamanho e à urgência das questões atuais. Trata-se de um desafio político e teórico, que requer discernimento e firmeza, porque, se existe um amplo consenso em denunciar os êxitos da mundialização liberal, encontramos

o conflito ao analisarmos os encaminhamentos práticos e o horizonte ideológico. Com efeito, todo mundo na "esquerda" – e também no centro – está unânime em denunciar os efeitos nefastos da mundialização, mas pensa-se que o remédio deve ser procurado no próprio desenvolvimento, desta vez, após os desacertos das últimas quatro décadas, ressuscitado como desenvolvimento duradouro e sustentável.

Deveríamos enfrentar a crise que, como afirma também Bento XVI, não é simplesmente econômica, utilizando o paradigma econômico e político do decrescimento. Se a crise que estamos vivendo é civilizacional, as medidas éticas e políticas não podem ser reduzidas a paliativos reformistas. Desta urgência, Dom Luís Flávio Cappio se fez profético intérprete, no tempo do jejum em defesa do Velho Chico e de seus povos, agredidos pelo projeto da transposição.

O decrescimento sustentável critica a ideologia legitimadora do capitalismo, que defende a possibilidade falaciosa de

redesenhar com meros corretivos éticos e técnicos as disfunções do sistema. Com certeza, o projeto e a luta pelo decrescimento se encontram com a sensibilidade e a mística de quem apela para a necessidade de mudanças e transformações radicais das relações sociais, políticas e econômicas.

O pensamento econômico hegemônico e os governos fingem ignorar que os recursos naturais são limitados e, portanto, que não existe crescimento infinito. Os produtivistas, tanto liberais como "socialistas", ignoram questões como o progressivo e rápido esgotamento – já neste século – dos hidrocarbonetos, caso se mantenha o atual ritmo de crescimento da produção e do consumo. Parecem menosprezar o aumento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades; a poluição da água doce, das bacias hidrográficas e dos lençóis freáticos, acompanhada pelo projeto imperial de controlar, privatizar e comercializar toda a água potável do Planeta; o derretimento rápido das geleiras ártica e antártica e aumento do nível dos oceanos; o efeito estufa; a progressiva destruição da camada do ozônio; a destruição acelerada da floresta amazônica, do Cerrado, da Mata Atlântica e do Pantanal, causada pelas empresas do agronegócio da pecuária e das monoculturas de exportação; entre outras mazelas.

Estas são as "boas novas" capitalistas destas últimas décadas, que compõem o quadro antigo e dramático – e bem analisado pelo Papa – da situação dos pobres e dos povos da Terra, agredidos pelo desenvolvimento capitalista: agravamento das desigualdades sociais e do fenômeno da exclusão social. Em suma, o desenvolvimento sustentável, como a busca de um capitalismo de rosto humano, não passam de oximoros. Com efeito, o desenvolvimento não pode ser sustentável, uma vez que o aumento constante da produção de bens e serviços também aumenta o consumo de recursos naturais não renováveis, acelerando portanto o seu esgotamento. E o capitalismo continua constitutivamente desumano, confirmando o seu caráter sacrificialista e idolátrico.



Foto: João Ripper

* Membro da coordenação nacional da CPT.

ARTIGO

A América Latina e Caribe: o mesmo padrão

ROBERTO MALVEZZI*

Será muito diferente do Brasil a realidade dos povos da América Latina e Caribe?

Não. O encontro promovido pelo CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), realizado em Quito, Equador, de 3 a 8 de agosto, reunindo dezoito países da América Latina e Caribe, traçou um perfil bastante unitário das tragédias, desafios e esperanças de nossos povos. “Talvez, como dizia alguém presente: seja porque tenhamos o mesmo padrão”. De que padrão falava? Na verdade, das transnacionais que se dedicam a explorar o agronegócio, o hidronegócio e as riquezas minerais que ainda existem em nosso continente. A realidade do agronegócio se faz sentir particularmente no Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e em alguns países da América Central, como Guatemala e El Salvador. Hoje, a soja ocupa quase que 80% do território argentino. Cerca de 200 famílias controlam essa produção, quase 100% transgênica, que desmantelou a tradição argentina camponesa e sua base produtiva de segurança alimentar.

Na América Central, países pequenos e muito povoados como a Guatemala, de forte tradição indígena, vêem a entrada da cana, patrocinada pelo Brasil, ocupando o espaço que antes era reservado para produção de alimentos. Mais além, vêem o produto básico de sua alimentação, o milho, sendo fartamente utilizado pelos Estados Unidos para produção de etanol. Quanto ao hidronegócio, ficou evidente a exploração do camarão em cativeiro nos mangues do Equador. Foi esse modelo que o Brasil importou para o litoral nordestino, expulsando as comunidades pesqueiras tradicionais, para que o espaço aquático fosse ocupado por empresas que produzem em escala, mesmo às custas da degradação ambiental e do agravamento social das populações tradicionais.

Quanto à mineração, seguindo a lógica secular já imposta por espanhóis e portugueses, com o ouro e a prata que estavam visíveis a céu aberto nos primórdios da colonização, hoje se investe terri-



velmente no subsolo, nem que seja para arrancar os glaciais dos Andes, como acontece em Páscoa Lema, no Chile. O resultado é a destruição progressiva

dos glaciais, a contaminação da água, a destruição da paisagem. O conflito acontecido no Peru, meses atrás, com a morte de 30 indígenas, tem origem exatamente na disposição de transnacionais, apoiadas pelo governo peruano, de ocupar o território desses

índios

para a exploração mineral. Aliás, 70% da economia peruana depende da extração mineral, particularmente o ferro.

A água, os solos, as florestas, a biodiversidade de nosso continente continuam sendo ambicionadas, com fácil acesso dos gananciosos, se não fosse a resistência pontual dos povos que ocupam essas terras. Há resistência em todos os cantos. Há mudanças mais profundas na realidade política da América Latina, como é o caso da Bolívia. Há casos ambíguos como na Venezuela, onde Chavez quer construir uma agricultura camponesa, mas não encontra lastro cultural em seu povo, porque o latifúndio venezuelano jamais permitiu a existência de um campesinato. A Venezuela importam tudo que come, inclusive o milho, produto básico de sua dieta alimentar. Mas, Chavez tem suas próprias contradições. Onde está a Escola Agrícola com apoio da própria Via Campesi-

na, inclusive Brasil? Na escola, feita para preparar venezuelanos para a agricultura produtora de alimentos, restam apenas dois venezuelanos. Uma crise ainda longe de ser superada.

Há casos conflituosos, como em Honduras, onde houve um golpe de Estado, com a participação de setores da Igreja, inclusive do Cardeal Maradiaga, embora contestado por outros bispos e padres envolvidos com a causa popular. Nesse caso, cabe uma inflexão: será que a hierarquia católica da América Latina e Caribe já se esqueceu da tragédia que foram as ditaduras militares, articuladas pela CIA, tantas vezes com apoio da Igreja? Fica difícil entender que pessoas como Chávez sejam consideradas ameaças terríveis, justamente quando a própria OEA abre novamente o espaço para Cuba. Incrível que setores da hierarquia tenham mais medo dos “plebiscitos” de Chávez e Morales que dos golpes de Estado do militares latinos vinculados à CIA.

Para piorar o que já é grave, a realidade do aquecimento global pode intensificar nossos problemas, com a eliminação de florestas, solos férteis, desaparecimento de glaciais, evaporação de água, diminuição de produção agrícola e com isso pode forçar o “desterro” de populações mais sujeitas aos efeitos desse problema, originado pelos que devoram o planeta. Diante dessa realidade, aproveitando as brechas abertas pelo Documento de Aparecida, a Igreja Latino Americana tenta avançar na perspectiva da “dimensão ecológica da missão”. Com boa base bíblica, agora já mais aceita pelo próprio episcopado, essa dimensão da fé deverá estar rapidamente assimilada na liturgia, na piedade popular, na catequese, na educação, em toda dimensão pastoral.

O mundo está mudando e não é para melhor. Diante de tanto sofrimento, quem sabe a humanidade possa se tornar melhor, quem sabe os cristãos possam se fazer melhores.

* Agente da CPT Bahia.

CULTURA

Festa da Colheita celebra frutos da terra e da vida

MARINA MUNIZ MENDES*

A VI Festa da Colheita, realizada no dia 13 de junho, no assentamento São José do Ferreirinha, conhecido como assentamento Dom Tomás Balduino, na Cidade de Goiás (GO), recordou o que foi plantado e comemorou a colheita. Assim como anunciado em Eclesiastes: há tempo para tudo, há o tempo de plantar e o tempo de colher. Mais de duas mil pessoas, entre moradores de 30 assentamentos da região, agricultores familiares, integrantes de movimentos sociais, população local, entidades e órgãos ligados à Reforma Agrária, participaram das comemorações. A Festa da Colheita foi organizada pela CPT Goiás em parceria com os assentados.

Após o café da manhã, apresentações de folia de reis, catira, música, teatro e samba crioulo, dançado por crianças e adolescentes, valorizaram a cultura camponesa. No almoço foi servido arroz, feijão tropeiro, salada e carne, produzidos nos assentamentos da região. Os trabalhadores rurais doaram alimentos para projetos sociais da Cidade de Goiás e durante a festa expuseram hortaliças, frutas, produtos e artesanatos dos assentamentos da região. Esse encontro promoveu a partilha de experiências sobre o plantar, o cuidar dos animais e o colher.

À tarde foi entregue o prêmio Dom Tomás Balduino para pessoas e entidades que trabalharam pelos direitos humanos,



Foto: CPT Goiás

meio ambiente e Reforma Agrária. Esse prêmio é entregue em todas as edições da Festa. Nesse ano foram agraciados o próprio Dom Tomás Balduino, o assentamento Dom Tomás Balduino, o padre Chico Caponi, de Itaberaí, uma represen-

tante da PJR de Heitorai, entre outros. A Festa da Colheita teve início em 2004 e desde então mantém vivo o ideal de festejar, evidenciar a cultura camponesa e celebrar as conquistas da Reforma Agrária no estado de Goiás.

A edição deste ano teve como tema “Produção diversificada de alimentos e melhor convivência com o meio ambiente”.

* Estagiária do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil

R\$ 10,00

☐ Para o exterior

US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações: canuto@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1ºAndar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás – C.P. 749 - CEP 74.001-970

CORREIOS

Impresso Especial

0564/2005 DR/GT

COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA